



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Justiça  
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes  
Secretaria-Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

### **RESULTADO DOS RECURSO E**

### **RESULTADO FINAL DA ETAPA DE HABILITAÇÃO**

A SECRETARIA-EXECUTIVA DO COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS (CONATRAP), SOB A SUPERVISÃO DA COMISSÃO ELEITORAL DO CONATRAP, torna público o resultado dos recursos e o resultado final da etapa de habilitação das inscrições das Organizações da Sociedade Civil para compor o colegiado, conforme item 5.5 do Edital nº 1, de 08 de julho de 2025, do DOU de 11 de julho de 2025.

#### **1. Da análise dos recursos:**

1.1 Foi recebido **um único recurso** do resultado preliminar da etapa de habilitação, tendo o seguinte resultado:

| RESULTADO DOS RECURSOS                      |                       |   |   |
|---|-----------------------|---|---|
| Razão Social                                | Resultado             | Fundamentação da decisão sobre o recurso<br>(Inscrição como CANDIDATA)  | Fundamentação da decisão sobre o recurso<br>(Inscrição como ELEITORA, no caso de CANDIDATA inabilitada) |
| Movimento Internacional de Juventudes (MOV) | Deferido parcialmente | A organização teve sua inscrição como CANDIDATA inabilitada em razão do descumprimento dos critérios de participação previstos no item 3.1, incisos II e IV, do Edital. | A organização teve sua inscrição como ELEITORA inabilitada em razão do descumprimento dos critérios de  |



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Justiça  
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes  
Secretaria-Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

|  |   |   |
|--|---|---|
|  | <p>Assim, passa-se à análise do recurso, especificamente em relação aos dispositivos mencionados:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Item 3.1 - inciso II:</b> De acordo com a data de abertura constante no Cartão do CNPJ (27/01/2024), a organização não está formalmente constituída no Brasil há, no mínimo, 3 (três) anos. A entidade alegou que, embora não estivesse formalmente constituída no país, já atua há, pelo menos, 6 anos, sendo reconhecida nacional e internacionalmente. Contudo, o requisito previsto no Edital é expresso e objetivo, não admitindo interpretação ampla ou flexibilização. Ademais, a inobservância desse critério poderia comprometer a segurança jurídica e a regularidade do processo seletivo, criando tratamento diferenciado em relação às demais organizações candidatas. <b>Por essas razões, a fundamentação apresentada <u>não</u> foi acolhida.</b></li><li>• <b>Item 3.1 - inciso IV:</b> no resultado preliminar, a comissão eleitoral considerou que a organização não havia comprovado atuação nos temas de enfrentamento ao tráfico de pessoas e/ou de contrabando de migrantes. A organização apresentou declaração do Fórum Estadual de</li></ul> | <p>participação previstos no item 3.2, inciso I, do Edital.</p> <p>Assim, passa-se à análise do recurso, especificamente em relação ao dispositivo mencionado:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Item 3.2 - inciso I:</b> De acordo com a data de abertura constante no Cartão do CNPJ (27/01/2024), a organização não está formalmente constituída no Brasil há, no mínimo, 3 (três) anos. A entidade alegou que, embora não estivesse formalmente constituída no país, já atua há, pelo menos, 6 anos, sendo reconhecida nacional e internacionalmente. Contudo, o requisito previsto no Edital é expresso e objetivo, não admitindo interpretação ampla ou flexibilização. Ademais, a inobservância desse critério poderia comprometer a segurança jurídica e a regularidade do</li></ul> |
|--|---|---|



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Justiça  
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes  
Secretaria-Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

|  |  |   |   |
|--|--|---|---|
|  |  | <p>Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador de Alagoas – FETIPAT/AL, informando que o MOV integra o referido Fórum como organização membro no biênio 2025/2027. Tal fórum apresenta temática estritamente relacionada ao enfrentamento ao tráfico de pessoas. Ademais, foi comprovada a atuação da entidade nas temáticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao contrabando de migrantes, consubstanciada no Ofício nº 82/2025, que traz a fundamentação do recurso da organização, no qual são descritas iniciativas e ações relacionadas a essas áreas. <b>Dessa forma, a fundamentação foi acolhida.</b></p> | <p>processo seletivo, criando tratamento diferenciado em relação às demais organizações candidatas. <b>Por essas razões, a fundamentação apresentada <u>não</u> foi acolhida.</b></p> |
|--|--|---|---|



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Justiça  
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes  
Secretaria-Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

**2. Das organizações inscritas como CANDIDATAS:**

2.1 Foram **habilitadas 10 (dez) organizações como CANDIDATAS**, listadas na tabela a seguir:

| CANDIDATAS HABILITADAS |   |
|------------------------|---|
| #                      | Razão Social  |
| 1                      | Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA)         |
| 2                      | Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude (ASBRAD) |
| 3                      | Aliança Nacional LGBTI+   |
| 4                      | Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro                                      |
| 5                      | Cáritas Foz do Iguaçu   |
| 6                      | Círculos de Hospitalidade   |
| 7                      | Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (CAMI)                                 |
| 8                      | Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento (PADF)                          |
| 9                      | Instituto Social Ágatha em Defesa da Mulher                                   |
| 10                     | Projeto Resgate   |



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Justiça  
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes  
Secretaria-Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

2.2. Foram **inabilitadas 05 (cinco) organizações que pleiteavam à condição de CANDIDATAS**. Conforme o item 3.2, inciso III, do Edital, as CANDIDATAS inabilitadas poderiam ser admitidas como ELEITORAS, desde que atendessem aos requisitos previstos. Nesse caso, 04 (quatro) foram também inabilitadas para a condição de ELEITORAS e apenas 01 (uma) foi habilitada como tal.

2.3. A tabela abaixo apresenta a fundamentação do indeferimento das inscrições de cada organização como CANDIDATA e a análise quanto à possibilidade de participação como ELEITORA:

| CANDIDATAS INABILITADAS |   |   |
|-------------------------|---|---|
| Razão Social            | Fundamentação do indeferimento da inscrição   | Possui os requisitos de ELEITORA?   |
| Associação Dignitate    | <p>Considerando os <b>critérios</b> para participação no Processo Seletivo como CANDIDATA, a organização não atendeu ao item 3.1, inciso II, do Edital, especificamente:</p> <ul style="list-style-type: none"><li><b>Item 3.1 - inciso II:</b> De acordo com a data de abertura constante no Cartão do CNPJ (08/05/2023), a organização não está formalmente constituída no Brasil há, no mínimo, 3 (três) anos.</li></ul> | <p>Considerando os <b>critérios</b> para participação no Processo Seletivo como ELEITORA (no caso de CANDIDATA inabilitada), a organização <b>não atendeu</b> ao item 3.2, incisos I, do Edital, especificamente:</p> <ul style="list-style-type: none"><li><b>Item 3.2 - inciso I:</b> De acordo com a data de abertura constante no Cartão do CNPJ (08/05/2023), a organização não está</li></ul> |



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Justiça  
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes  
Secretaria-Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

|  |  |   |
|--|--|---|
|  |  | formalmente constituída no Brasil há, no mínimo, 3 (três) anos.   |
| <b>Associação Nacional da Guarda Portuária do Brasil (ANGPB)</b> | <p>Considerando os <b>critérios</b> para participação no Processo Seletivo como CANDIDATA, a organização não atendeu ao item 3.1, inciso IV, do Edital, especificamente:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Item 3.1, inciso IV:</b> Não foi comprovada atuação no tema de enfrentamento ao tráfico de pessoas e / ou contrabando de migrantes, seja por meio de ações desenvolvidas, publicações, pesquisas ou outras formas de produção de conhecimento. O relatório de atividades e os demais documentos apresentados mencionam apenas ações futuras que podem ser desenvolvidas em relação ao tráfico de pessoas, mas a atuação específica nos temas não restou documentada.</li></ul> | <p>Considerando os <b>critérios</b> para participação no Processo Seletivo como ELEITORA, a organização <b>não atendeu</b> ao item 3.2, inciso I, do Edital, especificamente:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Item 3.2, inciso I:</b> Não foi comprovada atuação no tema de direitos humanos, seja por meio de ações desenvolvidas, publicações, pesquisas ou outras formas de produção de conhecimento. O relatório de atividades e os demais documentos apresentados não fazem menção a esse tema.</li></ul> |
| <b>Instituto MOVRIO</b>  | <p>Considerando os <b>critérios</b> para participação no Processo Seletivo como CANDIDATA, a organização não atendeu ao item 3.1, inciso IV, do Edital, especificamente:</p>   | <b>Sim</b>  |



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Justiça  
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes  
Secretaria-Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

|  |   |  |
|--|---|--|
|  | <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Item 3.1, inciso IV:</b> Não foi comprovada atuação no tema de enfrentamento ao tráfico de pessoas e / ou contrabando de migrantes, seja por meio de ações desenvolvidas, publicações, pesquisas ou outras formas de produção de conhecimento. O relatório de atividades e os demais documentos apresentados mencionam apenas o registro de algumas denúncias possivelmente relacionadas ao tráfico de pessoas, mas a atuação específica nos temas não restou documentada.</li></ul> |  |
| <b>Movimento Internacional de Juventudes (MOV)</b> | <p>Considerando os <b>critérios</b> para participação no Processo Seletivo como CANDIDATA, a organização não atendeu ao item 3.1, incisos II e IV, do Edital, especificamente:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Item 3.1 - inciso II:</b> De acordo com a data de abertura constante no Cartão do CNPJ (27/01/2024), a organização não está formalmente constituída no Brasil há, no mínimo, 3 (três) anos.</li></ul>   | <p>Considerando os <b>critérios</b> para participação no Processo Seletivo como ELEITORA (no caso de CANDIDATA inabilitada), a organização <b>não atendeu</b> ao item 3.2, inciso I, do Edital, especificamente:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Item 3.2 - inciso I:</b> De acordo com a data de abertura constante no Cartão do CNPJ (27/01/2024), a organização não está formalmente constituída no Brasil há, no mínimo, 3 (três) anos.</li></ul> |



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Justiça  
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes  
Secretaria-Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

|  |   |  |
|--|---|--|
| <p><b>Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Mato Grosso do Sul</b></p> | <p>Considerando os <b>critérios</b> para participação no Processo Seletivo como CANDIDATA, a organização não atendeu ao item 3.1, caput:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Item 3.1 - caput:</b> De acordo com natureza jurídica constante no Cartão do CNPJ, a organização é Autarquia Federal, integrando a Administração Pública e, portanto, não se enquadra como Organização da Sociedade Civil (OSCs), nos termos dos incisos I e II do art. 2º da Lei nº 13.019/2014 (MROSC).</li></ul> <p>Além disso, a organização não atendeu ao item 1.1, em conjunto com o item 5.2 do Edital, que estabelecem a seleção pública de Organização da Sociedade Civil (OSCs) e determinam a observância integral de todas as disposições editalícias.</p> | <p>Considerando os <b>critérios</b> para participação no Processo Seletivo como ELEITORA, a organização não atendeu ao item 3.2, caput:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Item 3.2 - caput:</b> De acordo com natureza jurídica constante no Cartão do CNPJ, a organização é Autarquia Federal, integrando a Administração Pública e, portanto, não se enquadra como Organização da Sociedade Civil (OSCs), nos termos dos incisos I e II do art. 2º da Lei nº 13.019/2014 (MROSC).</li></ul> |
|--|---|--|





Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Justiça  
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes  
Secretaria-Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

### 3. Das organizações inscritas como ELEITORAS:

- 3.1. Não foram registradas organizações habilitadas na condição de ELEITORAS.
- 3.2. Foram **inabilitadas as 06 (seis) organizações inscritas como ELEITORAS**, conforme a tabela:

| ELEITORAS INABILITADAS    |  |
|---------------------------|--|
| Razão Social              | Fundamentação do indeferimento da inscrição  |
| Instituto<br>Cidadania360 | <p>Considerando os <b>critérios</b> para participação no Processo Seletivo como ELEITORA, a organização não atendeu ao item 3.2, inciso I, do Edital, especificamente:</p> <ul style="list-style-type: none"><li><b>Item 3.2 - inciso I:</b> De acordo com a data de abertura constante no Cartão do CNPJ (14/05/2025), verifica-se que a organização não está formalmente constituída no Brasil há, no mínimo, 3 (três) anos. Ademais, não restou comprovada a atuação no campo de defesa e proteção dos direitos humanos, em desacordo não apenas com o presente dispositivo, mas também com o item 4.5, inciso IV, do Edital, tendo em vista que não foi apresentado Relatório de Atividades da própria organização, documento essencial para evidenciar as ações efetivamente desenvolvidas.</li></ul> |



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Justiça  
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes  
Secretaria-Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

|                         |  |
|-------------------------|--|
| <b>Instituto EKO</b>    | <p>Considerando os <b>critérios</b> para participação no Processo Seletivo como ELEITORA, a organização não atendeu ao item 3.2, inciso I, do Edital, especificamente:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Item 3.2 - inciso I:</b> De acordo com a data de abertura constante no Cartão do CNPJ (14/05/2025), verifica-se que a organização não está formalmente constituída no Brasil há, no mínimo, 3 (três) anos. Ademais, não restou comprovada a atuação no campo de defesa e proteção dos direitos humanos, em desacordo não apenas com o presente dispositivo, mas também com o item 4.5, inciso IV, do Edital, tendo em vista que não foi apresentado Relatório de Atividades da própria organização, documento essencial para evidenciar as ações efetivamente desenvolvidas.</li></ul> |
| <b>Instituto Medusa</b> | <p>Considerando os <b>critérios</b> para participação no Processo Seletivo como ELEITORA, a organização não atendeu ao item 3.2, inciso I, do Edital, especificamente:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Item 3.2 - inciso I:</b> De acordo com a data de abertura constante no Cartão do CNPJ (14/05/2025), verifica-se que a organização não está formalmente constituída no Brasil há, no mínimo, 3 (três) anos. Ademais, não restou comprovada a atuação no campo de defesa e proteção dos direitos humanos, em desacordo não apenas com o presente dispositivo, mas também com o item 4.5, inciso IV, do Edital, tendo em vista que não foi apresentado Relatório de Atividades da própria organização, documento essencial para evidenciar as ações efetivamente desenvolvidas.</li></ul> |



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Justiça  
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes  
Secretaria-Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

|                                   |  |
|-----------------------------------|--|
| <b>Instituto<br/>MovMUN</b>       | <p>Considerando os <b>critérios</b> para participação no Processo Seletivo como ELEITORA, a organização não atendeu ao item 3.2, inciso I, do Edital, especificamente:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Item 3.2 - inciso I:</b> De acordo com a data de abertura constante no Cartão do CNPJ (14/05/2025), verifica-se que a organização não está formalmente constituída no Brasil há, no mínimo, 3 (três) anos. Ademais, não restou comprovada a atuação no campo de defesa e proteção dos direitos humanos, em desacordo não apenas com o presente dispositivo, mas também com o item 4.5, inciso IV, do Edital, tendo em vista que não foi apresentado Relatório de Atividades da própria organização, documento essencial para evidenciar as ações efetivamente desenvolvidas.</li></ul> |
| <b>Instituto<br/>Potencializa</b> | <p>Considerando os <b>critérios</b> para participação no Processo Seletivo como ELEITORA, a organização não atendeu ao item 3.2, inciso I, do Edital, especificamente:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Item 3.2 - inciso I:</b> De acordo com a data de abertura constante no Cartão do CNPJ (14/05/2025), verifica-se que a organização não está formalmente constituída no Brasil há, no mínimo, 3 (três) anos. Ademais, não restou comprovada a atuação no campo de defesa e proteção dos direitos humanos, em desacordo não apenas com o presente dispositivo, mas também com o item 4.5, inciso IV, do Edital, tendo em vista que não foi apresentado Relatório de Atividades da própria organização, documento essencial para evidenciar as ações efetivamente desenvolvidas.</li></ul> |



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Justiça  
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes  
Secretaria-Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

**Instituto  
TechMOV**

Considerando os **critérios** para participação no Processo Seletivo como ELEITORA, a organização não atendeu ao item 3.2, inciso I, do Edital, especificamente:

- **Item 3.2 - inciso I:** De acordo com a data de abertura constante no Cartão do CNPJ (14/05/2025), verifica-se que a organização não está formalmente constituída no Brasil há, no mínimo, 3 (três) anos. Ademais, não restou comprovada a atuação no campo de defesa e proteção dos direitos humanos, em desacordo não apenas com o presente dispositivo, mas também com o item 4.5, inciso IV, do Edital, tendo em vista que não foi apresentado Relatório de Atividades da própria organização, documento essencial para evidenciar as ações efetivamente desenvolvidas.



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Justiça  
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes  
Secretaria-Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

4. Nesse contexto, importa registrar que o único recurso interposto não alterou o resultado geral da habilitação, tendo gerado apenas ajuste na fundamentação relativa à inabilitação de uma das organizações.
5. Em síntese, ao todo, **11 (onze) organizações estão aptas** a participar da próxima fase (Encontro Nacional), assim distribuídas:
  - 5.1. **10 (dez) organizações habilitadas como CANDIDATAS:**
    - i. Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA
    - ii. Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude – ASBRAD
    - iii. Aliança Nacional LGBTI+
    - iv. Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro
    - v. Cáritas Foz do Iguaçu
    - vi. Círculos de Hospitalidade
    - vii. CAMI – Centro de Apoio e Pastoral do Migrante
    - viii. Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento – PADF
    - ix. Instituto Social Ágatha em Defesa da Mulher
    - x. Projeto Resgate
  - 5.2. **01 (uma) organização habilitada como ELEITORA:**
    - i. Instituto MOVRIIO

**Secretaria-Executiva do CONATRAP**  
**Comissão Eleitoral do CONATRAP**